

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO TCDF QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E O BANCO DO BRASIL S.A.,**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)**, doravante denominado **CONVENIENTE**, com sede na Praça do Buriti s/nº - Palácio Costa e Silva, Brasília (DF), CEP 70075-901, CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, representado pela sua Presidente, **Conselheira MARLI VINHADELI**, na forma de seu Regimento Interno, aprovada pela Resolução-TCDF nº 38, de 30 de outubro de 1990, e o **BANCO DO BRASIL S.A.** doravante denominada **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, com sede na SBS QUADRA 01 BLOCO G, s/nº, 24º ANDAR (PARTE), CEP nº 70.073-901, ASA SUL, BRASÍLIA-DF CNPJ/MF nº 00.000.000/0001-91, neste ato representado por seu Gerente Geral legalmente constituído Senhor **ANDRÉ JORGE CORRÊA DA SILVA**, **RESOLVEM** celebrar este Termo de Convênio, conforme Processo nº 1.661/03, de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A **INSTITUIÇÃO CONVENIADA** disponibilizará linha de empréstimo pessoal mediante consignação em folha de pagamento aos servidores ativos e inativos e aos pensionistas do **CONVENIENTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DA CONCESSÃO

Os empréstimos e financiamentos serão concedidos pela **INSTITUIÇÃO CONVENIADA**, devendo os valores descontados pelo **CONVENIENTE** serem a ela repassados, nos termos deste Convênio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PARÁGRAFO ÚNICO. Os encargos financeiros incidentes sobre os referidos empréstimos e financiamentos serão fixados pela INSTITUIÇÃO CONVENIADA, em conformidade com o mercado, vedados acréscimos além daqueles previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

Este Convênio tem prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data de assinatura do presente Termo, sendo facultado aos partícipes denunciá-lo a qualquer tempo, mediante simples aviso por escrito, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, o que implicará a sustação imediata do processamento dos empréstimos e financiamentos ainda não consignados, continuando porém, em pleno vigor, as consignações efetuadas até a efetiva liquidação dos empréstimos e financiamentos já concedidos.

PARÁGRAFO ÚNICO. O CONVENIENTE poderá, a qualquer tempo, cancelar as consignações efetivadas sem observar o prazo mencionado nesta Cláusula, nas hipóteses previstas na Resolução nº 199, de 12 de maio de 2009, alterada pela Resolução nº 210, de 1º de julho de 2010.

CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES PARA DESCONTO EM FOLHA E DA MARGEM CONSIGNÁVEL

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA compromete-se a disponibilizar aos servidores ativos e inativos e aos pensionistas do CONVENIENTE, formulário próprio, denominado "AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO", para solicitação de empréstimos e financiamentos, em que conste autorização expressa do mutuário para desconto em sua folha de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O CONVENIENTE compromete-se a efetuar o cálculo da margem consignável, observando os limites estabelecidos na Resolução nº 199/09, alterada pela Resolução nº 210/10 e a proceder as consignações em folha de pagamento de seus servidores e pensionistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Ultrapassada a margem a que se refere o parágrafo anterior, em face da superveniente redução da remuneração do servidor ou da ocorrência de novos descontos compulsórios, poderá ser imediatamente suspensa a consignação em favor da INSTITUIÇÃO CONVENIADA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO. Mediante ajuste formal, o CONVENIENTE poderá instituir, a qualquer tempo, taxa ou preço público a ser cobrado da INSTITUIÇÃO CONVENIADA pela prestação de serviços objeto deste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DO DESCONTO EM FOLHA E DO REPASSE DAS PRESTAÇÕES

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA deverá encaminhar à Seção de Pagamento de Pessoal do CONVENIENTE, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a relação dos valores a serem descontados dos consignados na folha de pagamento do mês subsequente.

PARÁGRAFO ÚNICO. O CONVENIENTE compromete-se a repassar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, o valor total por ela informado no mês anterior, observadas as autorizações dos consignados, não sendo devida pelo CONVENIENTE nenhuma indenização à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, em face de eventuais atrasos no repasse de créditos orçamentários, observado o disposto na Cláusula Décima deste Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES

Ocorrendo afastamento não remunerado ou exoneração do servidor, bem como falecimento do servidor ou do pensionista, caberá ao consignado ou aos seus sucessores comunicar o fato à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Em caso de eventual insuficiência da margem consignável prevista na Resolução nº 199/09, alterada pela Resolução nº 210/10, caberá ao consignado comunicar o fato à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em cartório (opção dos partícipes), diretamente aos endereços constantes deste Convênio, ou aos que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPRESENTAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

A INSTITUIÇÃO CONVENIADA constitui seus bastantes procuradores as pessoas que firmam o presente Convênio, legalmente qualificadas e autorizadas com poderes especiais e expressos, que responderão pela fidedignidade das informações prestadas no processamento de empréstimos e financiamentos e dos demais expedientes necessários à execução deste Convênio, bem assim pelos dados dos mutuários constantes das “AUTORIZAÇÕES PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO”, observado o disposto na Cláusula Décima deste Convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Poderá a INSTITUIÇÃO CONVENIADA, mediante comunicação por escrito ao CONVENIENTE, substituir, cancelar e/ou constituir novos procuradores, ficando estabelecido que as alterações vigorarão a partir do dia do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA OITAVA – OUTRAS CONDIÇÕES

Qualquer tolerância de um dos partícipes para com o outro somente implicará modificação dos termos do presente Convênio se expressamente formalizada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A INSTITUIÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar informações ocorridas que alterem as condições e requisitos deste Convênio, nos termos das normas que regem a espécie.

CLÁUSULA NONA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Os termos da Resolução nº 199/09, alterada pela Resolução nº 210/10 do Tribunal de Contas do Distrito Federal são partes integrantes deste Convênio, como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do CONVENIENTE por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelos consignados junto à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

PARÁGRAFO ÚNICO. O presente Convênio tem como objetivo fixar meras regras de colaboração entre os partícipes, não gerando quaisquer obrigações e/ou responsabilidades de ordem patrimonial para o CONVENENTE, no que tange ao cumprimento de suas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

O CONVENENTE e a INSTITUIÇÃO CONVENIADA, nas suas relações entre si, ficam sujeitos ao foro privativo da Fazenda Pública, que detém competência absoluta para dirimir dúvidas ou controvérsias que possam resultar da execução do presente Convênio, com a renúncia expressa de qualquer outro.

Os partícipes declaram ter conhecimento e estar de acordo com as cláusulas deste Convênio e, por estarem justos e convencionados, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, para produção dos devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, em de de 2011.

Conselheira MARLI VINHADELI
Presidente/TCDF
CONVENENTE

ANDRÉ JORGE CORRÊA DA SILVA
BANCO DO BRASIL S.A.
INSTITUIÇÃO CONVENIADA